



O Futuro das Relações Brasil-África: Análise das propostas dos candidatos à Presidência da República do Brasil



setembro de 2018

Apresentação

Diante das transformações ocorridas no Brasil nos últimos anos, e do quadro de instabilidade política firmado atualmente, faz-se necessário debater as ideias que os candidatos ao cargo de presidente da República nas próximas eleições apresentam relativamente à situação das relações entre Brasil e África. O Brasil, enquanto país de fortes influências africanas, ancorado em um passado escravista, precisa reforçar ações em prol de uma cooperação mútua com os países africanos não mais em uma lógica de exploração, mas sim de desenvolvimento humano, social, cultural e econômico.

O cenário das relações Brasil-África vem sofrendo grandes alterações. Até então, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi o único que priorizou programas de reaproximação com o continente africano, numa tentativa de reforçar os laços e desenvolver parcerias. Em 8 anos à frente da presidência - entre 2003 e 2011 - Lula da Silva realizou 13 viagens à África, visitando 28 países (alguns deles mais de uma vez). Antes disso, os líderes brasileiros haviam feito apenas 15 viagens oficiais, desde João Figueiredo (1979-1985) - o primeiro presidente a viajar para um país africano - ao antecessor de Lula, Fernando Henrique Cardoso. Mais da metade das Embaixadas que hoje estão em pleno funcionamento foram criadas durante o governo Lula, o que acabou por transformar o panorama das relações entre Brasil e África. No momento, são contabilizadas 34 embaixadas africanas no Brasil e 28 embaixadas brasileiras na África.

Com o governo de Dilma Rousseff estas ações perderam intensidade. A presidente Dilma realizou sete viagens oficiais para países africanos. Na época, empresários e diplomatas criticaram o governo por enfraquecer as relações Brasil-África. Como resposta, Dilma Rousseff anunciou uma agenda de ações para o continente, como a renegociação de US\$ 900 milhões em dívidas de 12 países africanos com o Brasil - primeira etapa para possibilitar novos negócios, e uma reforma na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão ligado ao Itamaraty que, sem um marco regulatório, não teria autonomia para realizar projetos sem a parceria de um organismo internacional.

Desde agosto de 2016, quando assumiu a Presidência depois do impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer não tinha feito nenhuma viagem oficial para o continente africano até julho deste ano, quando visitou Cabo Verde para a cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África do Sul, para a cúpula dos BRICS¹. Na ocasião, o presidente declarou que a “aproximação com a África é uma prioridade permanente, que se traduz em ações concretas para estreitar nossos laços e promover o desenvolvimento dos dois lados do Atlântico Sul”. O presidente também confirmou o interesse do Brasil de aprofundar as

¹ Grupo dos chamados países emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



relações econômicas com a África. Também lembrou da participação brasileira na construção de um laboratório que reduzirá o tempo de diagnóstico de tuberculose em São Tomé e Príncipe e da inauguração do novo centro de treinamento da Embraer em Joanesburgo. “Mas o potencial a ser explorado ainda é enorme”, diz. “Estamos prontos, também, para expandir nosso acordo com a União Aduaneira da África Austral”.

Quando assumiu o governo, Michel Temer nomeou José Serra como ministro das Relações Exteriores. Serra defendia o aumento do intercâmbio com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos e a União Europeia, e o fechamento de Embaixadas brasileiras na África, projeto que não se concretizou até agora. Também é importante salientar que o avanço da Operação Lava Jato afetou indiretamente os investimentos brasileiros no continente africano, gerando uma série de desinvestimentos por parte da Petrobrás e também de grandes empreiteiras.

O Instituto Brasil África idealizou, inicialmente, um projeto de diálogo com os então pré-candidatos ao cargo de presidente. Depois dos primeiros contatos iniciados, com a falta de retorno de alguns, a tentativa se mostrou inviável. Partiu-se, então, para um modelo mais objetivo: a análise dos planos de governo apresentados pelos candidatos.

Uma África ausente

Analizamos os programas de todos os candidatos à Presidência. O espaço dado para as relações Brasil-África, em linhas gerais, é bem reduzido. Dos treze postulantes ao mais importante cargo público do país, apenas cinco falam sobre África: Ciro Gomes, Fernando Haddad, Guilherme Boulos, João Goulart Filho e Marina Silva. As visões que cada candidato apresenta sobre a temática não são divergentes, uma vez que os cinco postulantes estão dentro do mesmo espectro político. Os cinco candidatos defendem uma reaproximação do Brasil com outros países do hemisfério sul e isso inclui as nações africanas. Eles também reconhecem e apontam como um problema o distanciamento entre Brasil e África nos últimos anos. Por isso, termos como “retomada” e “reconstrução” são recorrentes nos discursos dos cinco candidatos.

Ciro Gomes defende a “reconstrução” da relação do Brasil com a África em bases “generosas que façam justiça à condição do Brasil como maior país africano fora da África e que deixem de atrelar a política africana aos interesses de empreiteiras”. Fernando Haddad garante que o Brasil retomará a cooperação com países latinos e com a África. Guilherme Boulos afirma que o Brasil se distanciou da África e defende uma retomada da agenda Sul-Sul e a diversificação de parcerias com a Ásia e com a África para “além das relações comerciais”. João

Goulart Filho classifica como “bastante debilitados” tanto o processo de integração latino-americana como as relações com a África e também defende um fortalecimento dessas relações. Marina Silva defende um esforço externo para que o Brasil se ancore firmemente à África, um “continente em rápido crescimento econômico e demográfico (...) Vamos criar um ambiente favorável para que empresas brasileiras participem do processo de transformação produtiva e do desenvolvimento sustentável da África”, afirma no texto.

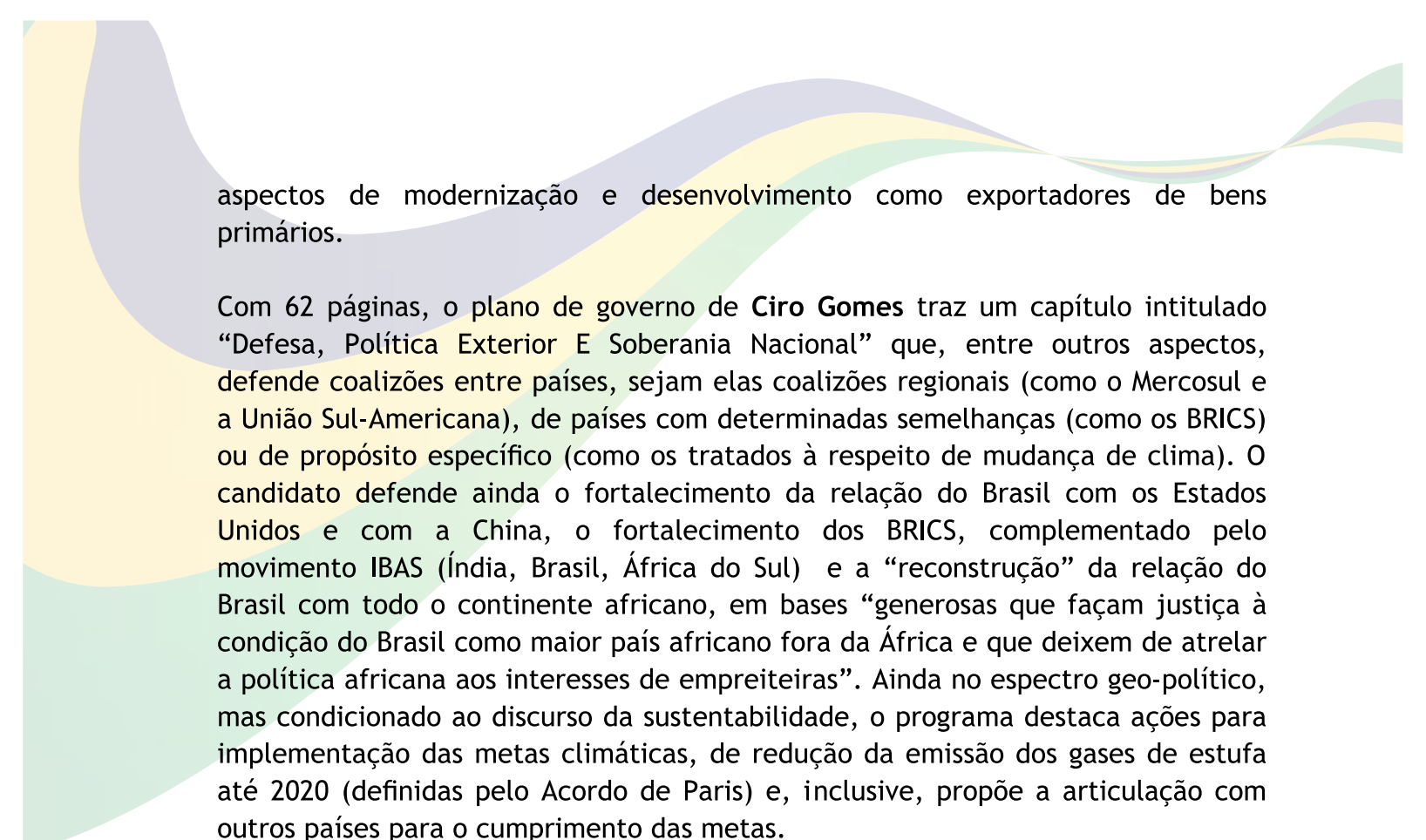
O que propõe cada candidato

Apresentamos agora uma breve análise da estratégia de cada candidato para a política externa, no âmbito da Cooperação Sul-Sul² e da Cooperação Técnica Internacional, com atenção para as relações com a África.

Com 15 páginas e um texto bem resumido, direto e sem aprofundamentos, o programa de governo do candidato **Álvaro Dias** estabelece uma “nova diplomacia brasileira voltada para a expansão vigorosa do comércio dos produtos nacionais, mediante novos acordos”. Entre as 19 propostas estabelecidas no documento, Dias descreve como metas: I) a defesa do produto nacional pela isonomia econômica, II) 10 novos acordos bilaterais e 4 multilaterais até 2022 e III) redução gradual de tarifas em 50% até 2022. Contudo, o programa não dá detalhes sobre o que significa, de fato, essa “nova diplomacia”, nem sobre que países seriam prioritários nesses acordos.

O programa de governo de **Cabo Daciolo** possui 17 páginas, nas quais defende a soberania do Brasil no cenário político internacional. No espectro econômico, o candidato promete fortalecer a competitividade das commodities brasileiras no mercado internacional, classificadas por ele como de “elevada importância”. O texto cita que minério de ferro, ferro fundido, aço e óleos brutos de petróleo são os principais itens que o Brasil vende ao exterior e que seu governo trabalhará para melhorar a qualidade desses produtos e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país “através de políticas de fomento voltadas à implementação de negócios para o processamento desses itens, a fim de proporcionar a melhor alocação dessa produção”. O candidato acredita que esta é a estratégia para que o Brasil deixe de ser um exportador de matérias primas e importador de produto industrializado para se tornar um exímio utilizador de matérias primas que podem ser aplicadas nas áreas de ciência e tecnologia e na produção de bens finais para o consumo interno, para que o país deixe de ocupar uma posição de coadjuvante em

² Termo que define a articulação entre países em desenvolvimento para fomento de projetos e trocas em diversos setores. Sul-Sul faz referência ao hemisfério sul, onde está localizada a maior parte dos países em desenvolvimento.

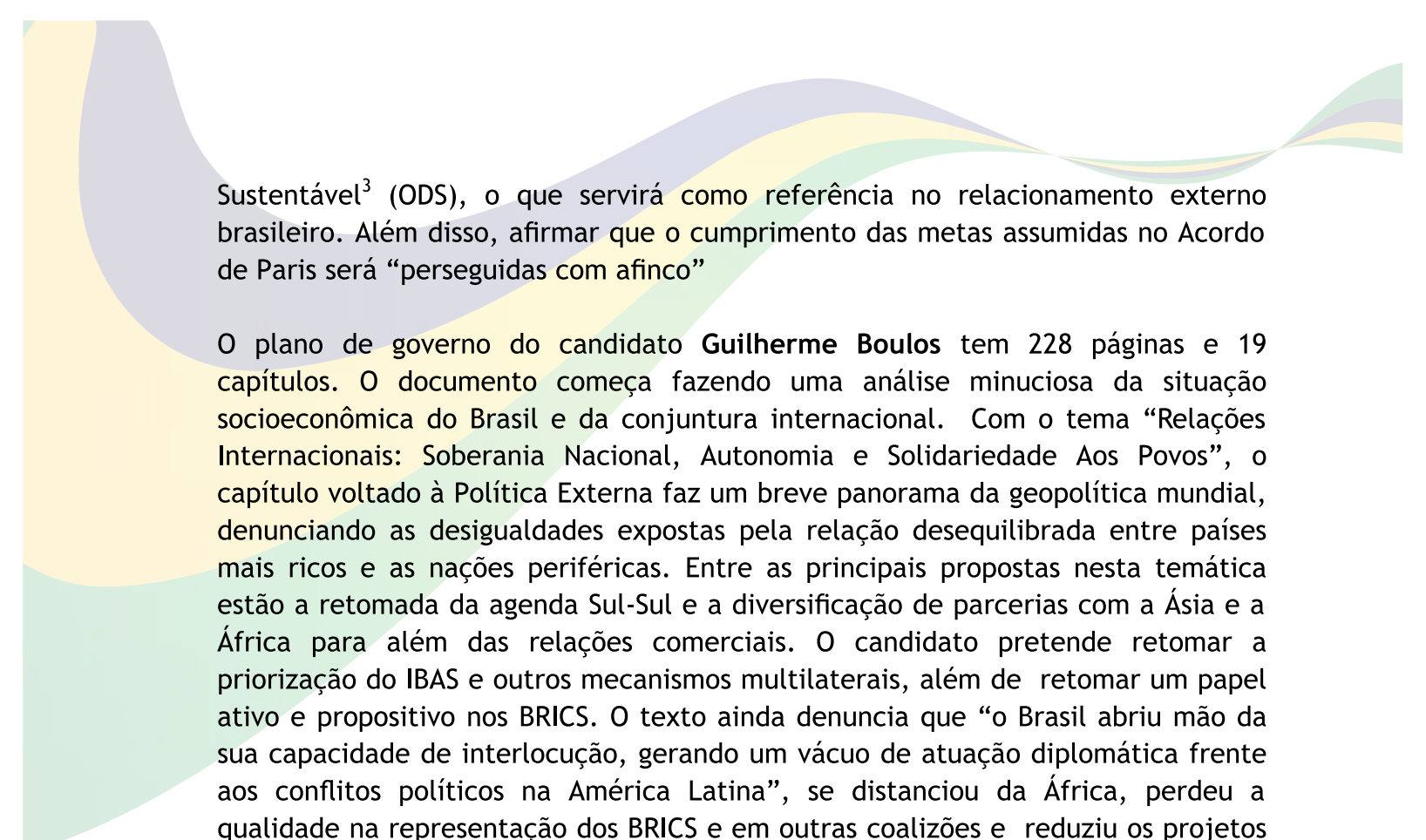


aspectos de modernização e desenvolvimento como exportadores de bens primários.

Com 62 páginas, o plano de governo de **Ciro Gomes** traz um capítulo intitulado “Defesa, Política Exterior E Soberania Nacional” que, entre outros aspectos, defende coalizões entre países, sejam elas coalizões regionais (como o Mercosul e a União Sul-Americana), de países com determinadas semelhanças (como os BRICS) ou de propósito específico (como os tratados à respeito de mudança de clima). O candidato defende ainda o fortalecimento da relação do Brasil com os Estados Unidos e com a China, o fortalecimento dos BRICS, complementado pelo movimento IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) e a “reconstrução” da relação do Brasil com todo o continente africano, em bases “generosas que façam justiça à condição do Brasil como maior país africano fora da África e que deixem de atrelar a política africana aos interesses de empreiteiras”. Ainda no espectro geo-político, mas condicionado ao discurso da sustentabilidade, o programa destaca ações para implementação das metas climáticas, de redução da emissão dos gases de estufa até 2020 (definidas pelo Acordo de Paris) e, inclusive, propõe a articulação com outros países para o cumprimento das metas.

Com 58 páginas, o plano de governo do candidato **Fernando Haddad** inicia discutindo propostas para a agenda internacional do Brasil. O candidato defende que o país deve retomar e aprofundar a política externa de integração latino-americana e a Cooperação Sul-Sul, especialmente com a África, “de modo a apoiar, ao mesmo tempo, o multilateralismo, a busca de soluções pelo diálogo e o repúdio à intervenção e a soluções de força”. Também defende o fortalecimento dos BRICS e o desenvolvimento de novos instrumentos de cooperação e reformas nos organismos multilaterais. O documento reforça que seu governo vai retomar a cooperação com países latinos e com a África. “É fundamental igualmente fortalecer as relações de amizade e parceria com a África, continente-mãe da Nação brasileira, e com os países árabes, com os quais mantemos interesses comuns e relações amistosas”, ressalta. O candidato também defende o fortalecimento do IBAS.

Com apenas nove páginas, o programa de governo do candidato **Geraldo Alckmin** fala sobre abertura econômica e traz uma promessa para que o comércio exterior possa representar 50% do PIB. Segundo o texto, isso seria vital para “retomar a agenda de competitividade do país”. O candidato também promete transformar o Brasil no país mais atrativo para empreender e investir na América Latina. O documento aponta que a diplomacia brasileira seria utilizada para firmar acordos comerciais que ajudem a expandir os mercados brasileiros no exterior e a reinserir o país na economia global. Para Alckmin, o Brasil deve defender externamente valores como democracia e direitos humanos e os Objetivos do Desenvolvimento



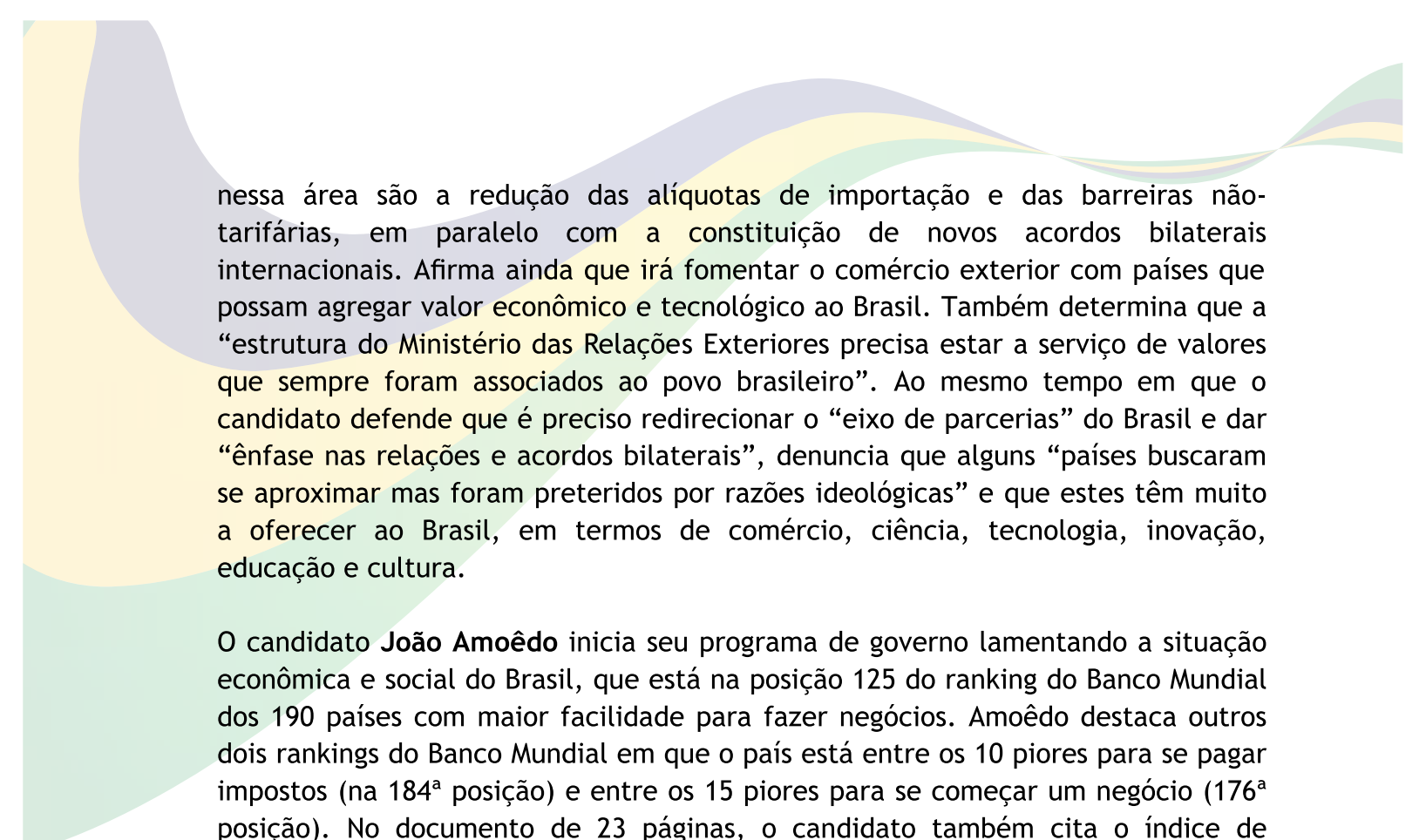
Sustentável³ (ODS), o que servirá como referência no relacionamento externo brasileiro. Além disso, afirmar que o cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris será “perseguidas com afinco”

O plano de governo do candidato **Guilherme Boulos** tem 228 páginas e 19 capítulos. O documento começa fazendo uma análise minuciosa da situação socioeconômica do Brasil e da conjuntura internacional. Com o tema “Relações Internacionais: Soberania Nacional, Autonomia e Solidariedade Aos Povos”, o capítulo voltado à Política Externa faz um breve panorama da geopolítica mundial, denunciando as desigualdades expostas pela relação desequilibrada entre países mais ricos e as nações periféricas. Entre as principais propostas nesta temática estão a retomada da agenda Sul-Sul e a diversificação de parcerias com a Ásia e a África para além das relações comerciais. O candidato pretende retomar a priorização do IBAS e outros mecanismos multilaterais, além de retomar um papel ativo e propositivo nos BRICS. O texto ainda denuncia que “o Brasil abriu mão da sua capacidade de interlocução, gerando um vácuo de atuação diplomática frente aos conflitos políticos na América Latina”, se distanciou da África, perdeu a qualidade na representação dos BRICS e em outras coalizões e reduziu os projetos de cooperação Sul-Sul.

Com 21 páginas, o documento de **Henrique Meirelles** traz uma série de propostas voltadas para as políticas de desenvolvimento e enfatiza, sobretudo, a geração de emprego. O documento dedica alguns poucos parágrafos à Política Externa que, segundo o texto, seria voltada à abertura de mercados para os produtos brasileiros, à atração de investimentos para os setores produtivos nacionais e para a infraestrutura do País. “Será uma política externa de fortalecimento de um Mercosul que privilegie o livre mercado - afinal, temos de começar pela nossa região”, aponta. O candidato também propõe novos acordos econômico-comerciais com parceiros de todos os perfis e de todas as partes do mundo. As negociações em curso, como a do Mercosul com a União Europeia, serão priorizadas, de acordo com o programa. E novas frentes serão abertas. O candidato também defende uma adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), “em busca do aprimoramento de práticas compatíveis com os mais elevados padrões mundiais”.

As 81 páginas do plano de governo de **Jair Bolsonaro** são voltadas especialmente para questões internas. No pouco espaço dedicado às questões exógenas, o texto fala em “facilitar o comércio internacional para promover o crescimento econômico de longo prazo” e aponta o Brasil com um dos países menos abertos ao comércio internacional, tendo como consequência direta a dificuldade em competir em alguns segmentos, como o da alta tecnologia. As únicas propostas

³ Conjunto de 17 metas estabelecidas pela ONU em 2015 para a agenda global, que busca guiar a construção e implementação de políticas públicas em áreas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, clima, até 2030.



nessa área são a redução das alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais. Afirmar ainda que irá fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil. Também determina que a “estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de valores que sempre foram associados ao povo brasileiro”. Ao mesmo tempo em que o candidato defende que é preciso redirecionar o “eixo de parcerias” do Brasil e dar “ênfase nas relações e acordos bilaterais”, denuncia que alguns “países buscaram se aproximar mas foram preteridos por razões ideológicas” e que estes têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura.

O candidato **João Amoêdo** inicia seu programa de governo lamentando a situação econômica e social do Brasil, que está na posição 125 do ranking do Banco Mundial dos 190 países com maior facilidade para fazer negócios. Amoêdo destaca outros dois rankings do Banco Mundial em que o país está entre os 10 piores para se pagar impostos (na 184ª posição) e entre os 15 piores para se começar um negócio (176ª posição). No documento de 23 páginas, o candidato também cita o índice de liberdade econômica, divulgado pela Heritage Foundation, onde o Brasil ocupa a posição 153 em 186 países avaliados. Sobre Comércio Exterior, o candidato reclama e afirma que o Brasil é o segundo país mais fechado do mundo para o comércio exterior. “Representamos apenas 1% do comércio mundial e a 25ª posição no ranking”, revela. Citando o Banco Mundial, o candidato afirma que a abertura comercial tem potencial para tirar 6 milhões de pessoas da pobreza e que o poder de compra do brasileiro subiria 8% com essa abertura, segundo dados do OCDE. Em seu plano de governo, Amoêdo defende ainda uma política externa orientada à maior integração internacional e pautada exclusivamente pelos interesses do País e também uma abertura da economia brasileira com a redução das barreiras ao comércio e investimento internacional. O texto aborda também a negociação de acordos comerciais com as maiores economias do globo, mas, em paralelo, a remoção de barreiras excessivas de forma unilateral.

O candidato **João Goulart Filho** elaborou um documento com 14 páginas divididas em 20 tópicos rápidos. O último desses tópicos fala de uma retomada da política externa independente, uma condição imprescindível para, segundo o candidato, garantir a autonomia necessária para o processo de desenvolvimento nacional. Para Goulart Filho, a política externa independente significa “o respeito à autodeterminação dos povos e o desenvolvimento nacional e dos demais países subdesenvolvidos”. Goulart Filho enfatiza que as relações Sul-Sul devem ser priorizadas. Por isso, defende uma retomada no processo de integração latino-americana, no fortalecimento das relações com a África e a consolidação dos BRICS mediante a constituição de suas instituições e estrutura. “São meios decisivos para

fortalecer as relações Sul-Sul e favorecer as condições para a conquista de autonomia frente às potências ocidentais, sobretudo os EUA”, esclarece.

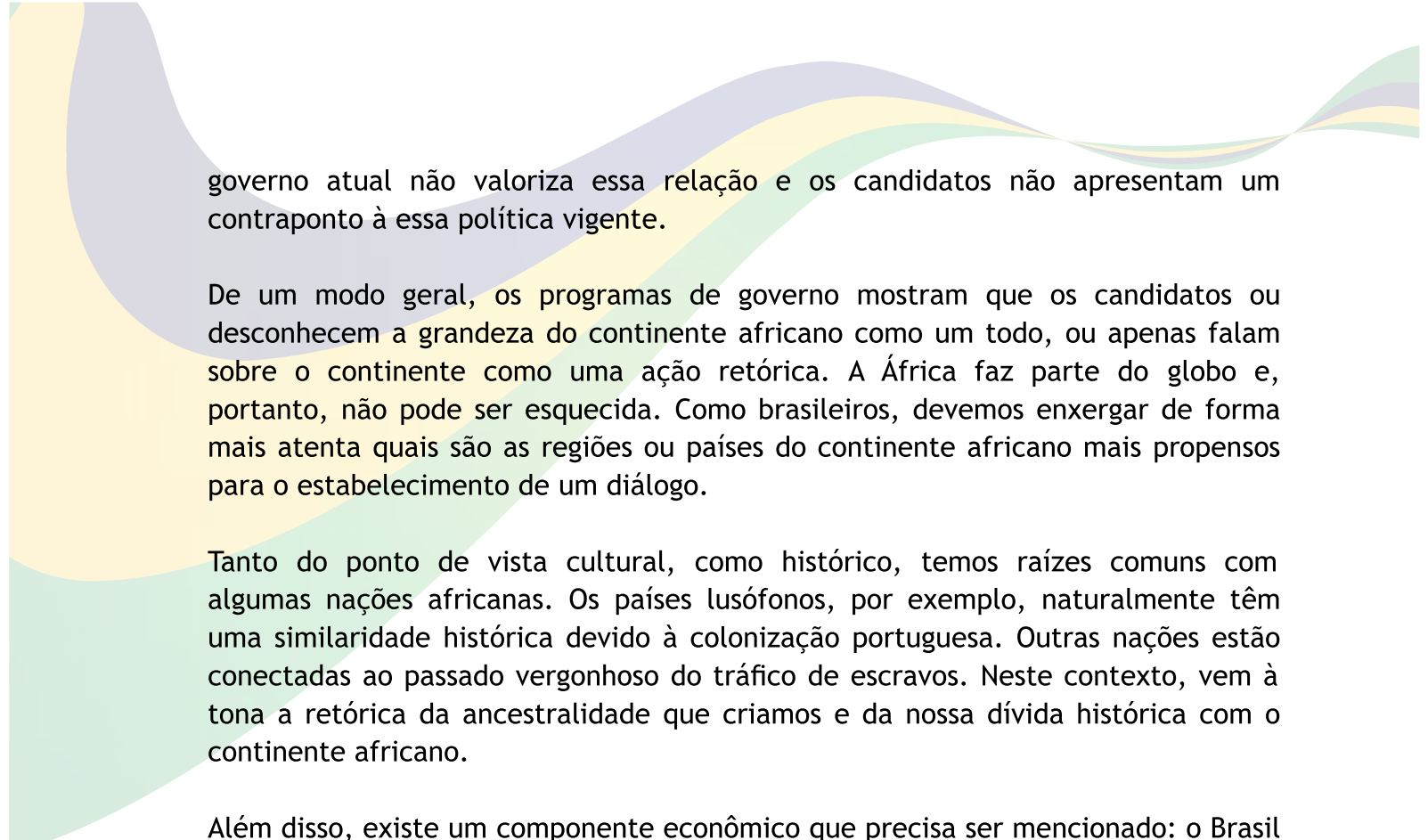
As 27 propostas de **José Maria Eymael** estão divididas em seu plano de governo em 9 páginas. Quanto à agenda internacional, o texto se resume ao “princípio da solidariedade entre as Nações, objetivando uma ordem social mundial, baseada nos princípios da solidariedade, da justiça e da liberdade e uma política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, incluindo o Brasil nas rotas mundiais do sucesso sócio-econômico e a obtenção da paz mundial como compromisso inarredável do Brasil”.

Para **Marina Silva**, a política externa deve ser uma política de Estado, orientada por “princípios e valores, como a defesa dos direitos humanos, da democracia, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção, sem sujeição a relativizações de cunho ideológico”. Em seu governo, a política externa teria o compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a promoção da paz e da cooperação internacional. Nas 24 páginas do plano de governo, a candidata defende o protagonismo do Brasil nos organismos regionais e multilaterais. Marina defende retomar o mais rápido possível o lugar do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Ela também defende uma avanço na relação com a Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México), visando um tratado de livre comércio e com outras quatro regiões que considera fundamentais para a política externa Brasileira: América do Sul, América do Norte, União Europeia e Leste Asiático. Contudo, também defende um esforço externo para ancorar-se firmemente na África, classificada por ela como um “continente em rápido crescimento econômico e demográfico”. “Com os irmãos africanos, nossa perspectiva não deve ser de uma falsa “ajuda”, mas sim de parceria”, argumenta. “Vamos criar um ambiente favorável para que empresas brasileiras participem do processo de transformação produtiva e do desenvolvimento sustentável da África”.

O programa de governo da candidata **Vera Lúcia** tem apenas 5 páginas e é dividido em 16 tópicos. Nenhum deles contempla temas ligados à agenda internacional do Brasil.

Considerações Finais

Como indutores do fortalecimento das relações entre o Brasil e os países do continente africano, procuramos sempre discutir a relevância que o Brasil deve dar a este relacionamento. O Instituto Brasil África entende que o diálogo entre Brasil e África deve ser potencializado e a maioria dos candidatos não demonstra interesse na manutenção desta conversa. Mesmo os cinco candidatos que fazem referência ao continente africano em seus programas de governo investem muito pouco tempo de suas falas para destacar esse potencial. Pode-se dizer que o



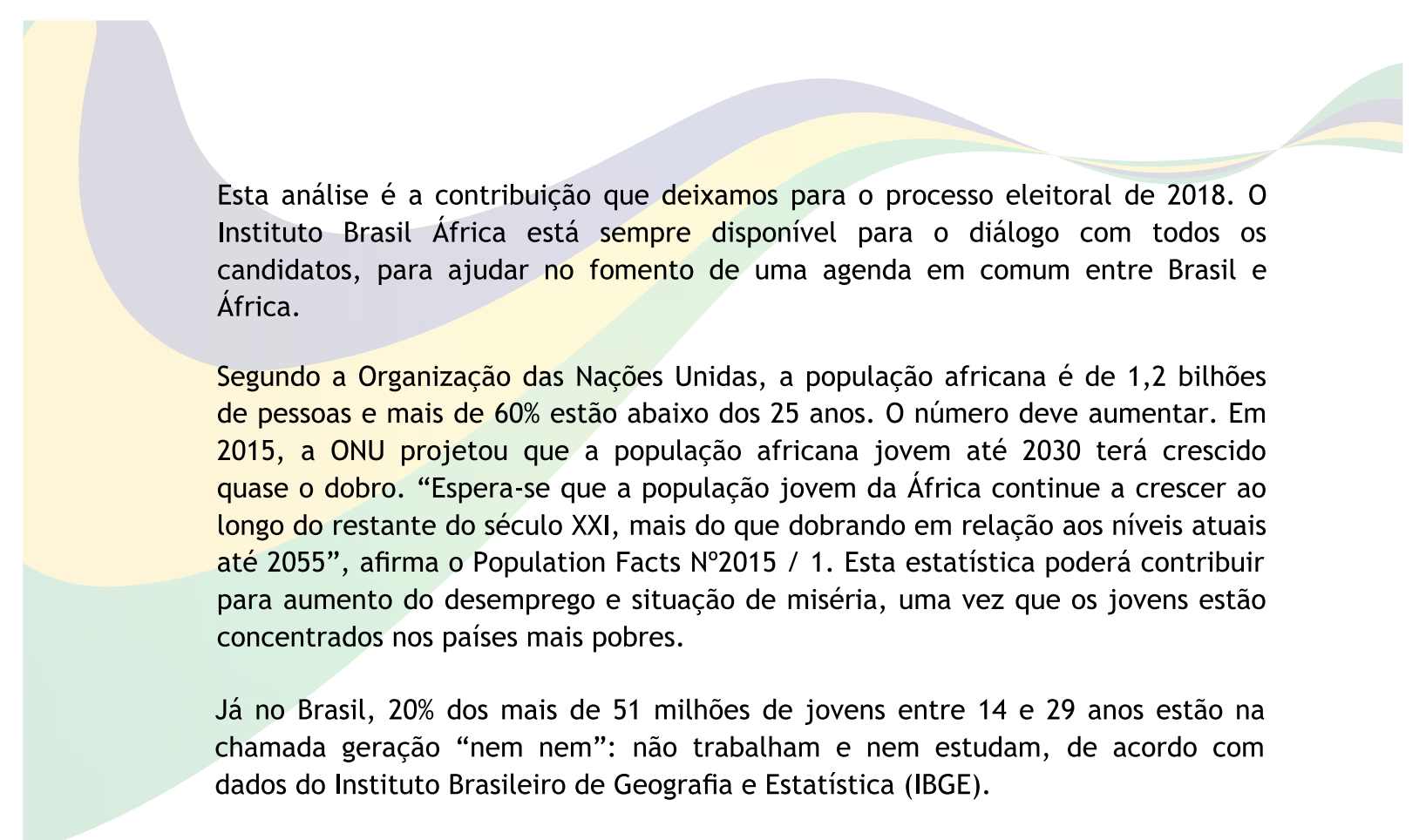
governo atual não valoriza essa relação e os candidatos não apresentam um contraponto à essa política vigente.

De um modo geral, os programas de governo mostram que os candidatos ou desconhecem a grandeza do continente africano como um todo, ou apenas falam sobre o continente como uma ação retórica. A África faz parte do globo e, portanto, não pode ser esquecida. Como brasileiros, devemos enxergar de forma mais atenta quais são as regiões ou países do continente africano mais propensos para o estabelecimento de um diálogo.

Tanto do ponto de vista cultural, como histórico, temos raízes comuns com algumas nações africanas. Os países lusófonos, por exemplo, naturalmente têm uma similaridade histórica devido à colonização portuguesa. Outras nações estão conectadas ao passado vergonhoso do tráfico de escravos. Neste contexto, vem à tona a retórica da ancestralidade que criamos e da nossa dívida histórica com o continente africano.

Além disso, existe um componente econômico que precisa ser mencionado: o Brasil deve definir quais são os seus parceiros comerciais no contexto africano. Ou seja: dos 54 países, é preciso elencar quais seriam os alvos para os quais os candidatos deveriam apontar, olhando para a balança comercial e as trocas comerciais. Os candidatos, ao definirem esses países, poderiam selecionar quais possuem mais vocação para construir um diálogo com as empresas brasileiras. Outro detalhe não abordado pelos candidatos é a transferência de tecnologia nacional, o que pode fazer com que as marcas brasileiras ganhem terreno no continente africano.

Um contingente de 1,2 bilhão de pessoas não pode ser desprezado. Das cinco economias que mais devem crescer em 2018, quatro estão na África (Gana, Etiópia, Costa do Marfim e Djibuti), segundo o Banco Mundial. Ainda segundo o Banco, três nações africanas (Tanzânia, Djibuti e Etiópia) estão na lista das economias que mais cresceram em 2017. Quem conversar com a África hoje tem grandes chances de marcar uma posição de expressão nas próximas décadas. A expectativa é de que a classe média africana aumente proporcionalmente mais do que as outras regiões do mundo. Na Nigéria, por exemplo, existem mais nascimentos por dia que na União Europeia como um todo. O que poderia ser um problema pode ser visto como oportunidade. Afinal, a Nigéria é um país com 200 milhões de pessoas e tudo por fazer. Enquanto a China olha a África como uma grande agenda, o Brasil dá as costas para o continente. Além da China, Turquia, Japão, e Estados Unidos são alguns exemplos de outras nações que já enxergam essa oportunidade e fazem investimentos massivos no continente.



Esta análise é a contribuição que deixamos para o processo eleitoral de 2018. O Instituto Brasil África está sempre disponível para o diálogo com todos os candidatos, para ajudar no fomento de uma agenda em comum entre Brasil e África.

Segundo a Organização das Nações Unidas, a população africana é de 1,2 bilhões de pessoas e mais de 60% estão abaixo dos 25 anos. O número deve aumentar. Em 2015, a ONU projetou que a população africana jovem até 2030 terá crescido quase o dobro. “Espera-se que a população jovem da África continue a crescer ao longo do restante do século XXI, mais do que dobrando em relação aos níveis atuais até 2055”, afirma o Population Facts N°2015 / 1. Esta estatística poderá contribuir para aumento do desemprego e situação de miséria, uma vez que os jovens estão concentrados nos países mais pobres.

Já no Brasil, 20% dos mais de 51 milhões de jovens entre 14 e 29 anos estão na chamada geração “nem nem”: não trabalham e nem estudam, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É por isso que o futuro das relações entre Brasil e África passa pela construção de políticas que atendam aos anseios dos mais jovens. Acreditando que boas ideias nascem através do diálogo, o Instituto Brasil África vai realizar o 6º Fórum Brasil África, nos dias 22 e 23 de novembro em Salvador, Bahia, com o tema “Empoderamento Juvenil: Transformação para Alcançar o Desenvolvimento Sustentável”. Deixamos aqui aberto, desde já, o espaço para que o próximo presidente eleito do participe do Fórum e abra as portas para novas possibilidades entre o Brasil e o continente africano.

Perfil dos candidatos

Alvaro Dias (Podemos)

Aos 73 anos, Alvaro Dias está no quarto mandato de senador. De 1987 a 1991, foi governador do Paraná. Na década de 1970, foi deputado federal por três legislaturas. Antes, foi vereador na cidade de Londrina e deputado estadual no Paraná. Formado em história, ele já mudou de siglas sete vezes. Declarou ter patrimônio de R\$ 2,9 milhões.

Cabo Daciolo (Patriota)

Integrante do Corpo de Bombeiros, Cabo Daciolo, de 42 anos, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro nas eleições de 2014. Filiado ao Patriota, já foi filiado ao PSOL, PTdoB e ao Avante. Nascido em 1976, ganhou notoriedade em 2011 por liderar a greve da categoria no Rio de Janeiro.

Ciro Gomes (PDT)

Natural de Pindamonhangaba, interior do Estado de São Paulo, Ciro Gomes construiu sua carreira política no Ceará, onde foi prefeito de Fortaleza, eleito em 1988, e governador do estado, eleito em 1990. Renunciou ao cargo de governador, em 1994, para assumir o Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco entre 1992 e 1994. Também foi ministro da Integração Nacional de Lula de 2003 a 2006. Tem 60 anos e disputa a Presidência pela terceira vez. Declarou patrimônio de R\$ 1,7 milhão.

Fernando Haddad (PT)

Fernando Haddad nasceu em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1963. Na Universidade de São Paulo (USP), foi graduado em direito, mestre em economia e doutor em filosofia. Passou a ser professor na instituição em 1990. É filiado no Partido dos Trabalhadores desde 1983. Foi ministro da Educação de 2005 a 2012 nos governos de Lula e Dilma Rousseff. Em 2012, foi candidato e elegeu-se prefeito da capital paulista. Haddad substituiu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anunciou candidatura, mas foi impedido pela justiça depois de ter sido condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Geraldo Alckmin

Quatro vezes governador de São Paulo, Geraldo Alckmin é médico formado pela Universidade de Taubaté. Começou a carreira política em 1972, em Pindamonhangaba, onde foi eleito vereador, presidente da Câmara dos Vereadores e prefeito da cidade. Em 1982, foi eleito deputado estadual. Participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, antes de chegar ao governo de São Paulo em 2001, como vice-governador. Aos 65 anos, vai disputar pela segunda vez a eleição presidencial. Declarou um patrimônio de R\$ 1,4 milhão.

Guilherme Boulos (PSOL)

Candidato da coligação PSOL e PCB. Natural de São Paulo, tem 35 anos, é filho de médicos e professores da Universidade de São Paulo (USP). Filósofo formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na qual ingressou no ano 2000. Também é psicanalista, professor e escritor. Sua vida política começou em 1997, aos 15 anos, quando ingressou no movimento estudantil como militante na União da Juventude Comunista (UJC). Depois conheceu o Movimento

dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do qual é coordenador. Declarou patrimônio de R\$ 15,4 mil.

Henrique Meirelles (MDB)

Aos 72 anos, Henrique Meirelles construiu sua carreira como economista no mercado internacional. Assumiu a presidência mundial do BankBoston, no qual ingressou em 1974, e tornou-se presidente da instituição no Brasil em 1984. Em 2002, foi eleito deputado federal, cargo do qual abdicou para comandar o Banco Central, de 2003 a novembro de 2010, no governo Lula. No governo do presidente Michel Temer, comandou o Ministério da Fazenda de maio de 2016 a abril de 2018. Tem patrimônio declarado de R\$ 377,5 milhões.

Jair Bolsonaro (PSL)

Militar, Jair Bolsonaro, de 63 anos, está no sétimo mandato na Câmara dos Deputados e tem uma carreira de 25 anos ininterruptos no Congresso Nacional. Foi o candidato a deputado federal mais votado no Rio de Janeiro nas eleições de 2014, com 464 mil votos. Casado três vezes, tem cinco filhos, dos quais três estão na vida política. Disputa a eleição presidencial pela primeira vez em seu nono partido. Construiu sua carreira política no Rio de Janeiro. Declarou patrimônio de R\$ 2,3 milhões.

João Amoêdo (Novo)

Natural do Rio de Janeiro, João Amoêdo tem 55 anos e é formado em engenharia civil e administração. Foi diretor executivo do Banco BBA Creditanstalt, presidente da Finaústria CFI, vice-presidente e membro do Conselho de Administração do Unibanco e integrante do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA e do Conselho de Administração da empresa João Fortes Engenharia. Fundou o Partido Novo com membros da sociedade civil, que passam por processo seletivo para se tornarem candidatos. É casado e tem três filhas. Declarou um patrimônio de R\$ 425 milhões.

João Goulart Filho (PPL)

Pela primeira vez na disputa para a Presidência da República, João Goulart Filho, 61 anos, é poeta, filósofo, escritor e fundador do Instituto João Goulart, dedicado à pesquisa histórica e à reflexão sobre o processo político brasileiro. Filho do ex-presidente João Goulart, conhecido como Jango, deposto em 1964 pelo golpe militar. Foi deputado estadual no Rio Grande do Sul. Declarou patrimônio de R\$ 8,6 milhões.

João Maria Eymael (DC)

Disputando as eleições presidenciais pela quinta vez, João Maria Eymael é natural de Porto Alegre e tem 78 anos. Coursou filosofia e direito, e é empresário

há 46 anos nas áreas de marketing, comunicação e informática. Declarou patrimônio de R\$ 6,1 milhões.

Marina Silva (Rede)

Nascida em uma pequena comunidade chamada Breu Velho, no Seringal Bagaço, em Rio Branco, no Acre, Marina Silva tem 60 anos e começou a carreira política como sindicalista nos anos 1980. Foi eleita pela primeira vez a um cargo público nas eleições de 1988, quando foi a vereadora mais votada de Rio Branco. Depois disso, foi eleita deputada estadual e senadora (por dois mandatos). Foi ministra do Meio Ambiente no governo Lula. Disputará a eleição presidencial pela terceira vez. Declarou patrimônio de R\$ 118,8 mil.

Vera Lúcia (PSTU)

Operária da indústria calçadista, com trajetória no movimento sindical e popular, Vera Lúcia, 50 anos, nasceu no sertão pernambucano e se mudou ainda criança para Aracaju, com a família, fugindo da seca. Na capital sergipana, trabalhou como garçone e datilógrafa antes de conseguir um emprego na fábrica de calçados Azaleia, onde iniciou a militância sindical. É formada em ciências sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e se dedica atualmente à formação política de ativistas. Declarou patrimônio de R\$ 20 mil.